

## Em reunião do Consuni, **ADUFPB DENUNCIA CORTES** **e contingenciamentos orçamentários**

Os cortes e contingenciamentos orçamentários que vêm precarizando ainda mais o funcionamento das instituições federais de ensino – e dando voz à proposta de extinção da educação pública e gratuita – foram mais uma vez denunciados pela ADUFPB, desta vez durante a reunião do Conselho Universitário (Consuni) realizada na quarta-feira, 27/7, na sala da Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (Sods).

A reunião foi convocada para debater e deliberar o orçamento da Universidade, e a ADUFPB, por intermédio do diretor de Política Educacional e Cien-

tífica, professor Alexandre Nader, apresentou uma avaliação sobre os atuais problemas que a instituição enfrenta em decorrência da falta de recursos. O objetivo é reforçar a luta e construir estratégias de resistência unificada e coletiva para enfrentar esse problema.

No texto, que foi incluído na ata da reunião do Consuni, a ADUFPB destaca que o programa de expansão das universidades federais, o Reuni, ampliou o número de cursos e vagas disponibilizadas, mas não aumentou no mesmo ritmo a verba para custeio dessa estrutura. Entre os resultados estão as

obras inacabadas que tomaram conta do cotidiano da UFPB.

Para agravar a situação, a política de ajuste fiscal que vem se implantando nos últimos anos impõe seguidos cortes e contingenciamentos às despesas de capital, impedindo investimentos em instalações e equipamentos. Sem dinheiro, as instituições de ensino também enfrentam muitas vezes problemas com despesas de manutenção dos serviços, como coleta de lixo, segurança e fornecimento de energia e água.

**Confira abaixo o texto na íntegra.**

### **A ADUFPB E O ORÇAMENTO DA UFPB PARA 2016**

*Magnífica Reitora da UFPB, Profa. Margareth Diniz, por intermédio de quem eu saúdo os demais componentes da Mesa Diretora dos trabalhos desse Conselho, Sras e Srs. integrantes desse egrégio Conselho Universitário da UFPB, demais presentes.*

*Todas as reuniões do CONSUNI, pela natureza e atribuições desse órgão máximo deliberativo da UFPB, revestem-se de grande importância. No entanto, a reunião de hoje é particularmente significativa, posto que irá debater e deliberar sobre a base fundamental na qual está assentado o funcionamento de nossa universidade: a sua peça orçamentária.*

*Nos últimos anos, as Universidades Federais têm enfrentado dificuldades em razão da diminuição de recursos nos seus orçamentos. A educação superior pública experimentou uma expansão através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), iniciada em 2003 e com previsão de conclusão em 2012. A UFPB aderiu ao REUNI e o processo interno de expansão teve inúmeros problemas, que passaram por questões relacionadas à*

*distribuição dos recursos humanos e financeiros. O REUNI foi recebido por parte da comunidade universitária com entusiasmo, em função das expectativas criadas acerca do volume de recursos de capital, que seriam traduzidos em investimentos, em obras e em equipamentos. Todavia, após o ciclo REUNI as obras inacabadas fazem parte da atual paisagem da UFPB e convivem com outras obras com sérios problemas estruturais. A referida expansão fez crescer o número de vagas disponibilizadas à sociedade e foi acompanhada pelos problemas para sua manutenção e conservação, que exigem verbas de custeio.*

*Os orçamentos das IFES têm em sua composição, como todos os órgãos da administração pública, a destinação de verbas de capital (investimentos) e custeio (manutenção). O Estado brasileiro tem utilizado dois mecanismos que, concretamente, vêm reduzindo os recursos destinados aos órgãos públicos de um modo geral: os contingenciamentos e os cortes propriamente ditos. No caso das instituições de caráter educacional, como é o caso das IFES, a eles se agrega mais um mecanismo,*

específico para atividades com destinação de recursos constitucionalmente assegurada: a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Encerrado o ciclo de expansão via REUNI, os recursos que já eram insuficientes ficaram ainda mais problemáticos, pois as verbas de custeio (rubrica destinada para manutenção das IFES) não acompanharam a dinâmica imposta pela expansão, colocando as Universidades numa situação difícil para garantir sua manutenção e conservação. As verbas de capital (rubrica destinada para investimentos em instalações e equipamentos) igualmente não acompanharam os desdobramentos da expansão das IFES. Para complicar ainda mais, os recursos de capital começaram ser diminuídos, contingenciados e mesmo cortados, pelos diversos mecanismos citados acima, no âmbito das políticas públicas estabelecidas pelo Governo para as várias áreas de atuação social do Estado mais específica.

Essa realidade tem colocado enormes desafios às universidades públicas federais, pois precisam – deveriam – atender demandas crescentes para garantir o pleno funcionamento do tripé ensino, pesquisa e extensão, no âmbito da graduação e da pós-graduação, seja na modalidade presencial seja à distância. Efetivamente, as IFES têm enfrentado problemas com a manutenção e conservação que envolvem a coleta de lixo, fornecimento de energia e água, além de problemas relacionados à segurança nos campi das IFES.

No caso específico dos orçamentos recentes da UFPB, cabe recordar que essa dinâmica (contingenciamentos/cortes) foi aplicada sistematicamente nos últimos anos. O contingenciamento vem sendo praticado em todas as áreas (ensino, pesquisa e extensão). Concretamente, os recursos figuram nas peças orçamentárias, todavia não podem ser executados. Cabe destacar que, além dos contingenciamentos, os recursos destinados para custeio e capital não têm sido corrigidos conforme a variação da inflação dos períodos. Os cortes também têm sido exercidos já há alguns anos, resultado da política de ajustes fiscais que tem subtraído fatias significativas dos orçamentos do Ministério da Educação. Trata-se de uma alquimia perversa, expressa na combinação entre contingenciamento, cortes e perdas inflacionárias.

A Administração Superior da Universidade Federal da Paraíba, através da Magnífica Reitora, Margareth Diniz, apresenta análise e considerações sobre o orçamento da UFPB e a proposta de Resolução de execução do orçamento no exercício 2016 para ser apreciada pelos Conselhos Curador e Universitário.

Na avaliação da equipe da reitoria, a UFPB teve seu orçamento 2016 corrigido, em relação a 2015, em apenas 4% a.a., o que já é revelador das dificuldades a serem enfrentadas ao longo deste ano.

Na peça orçamentária que prevê os recursos da UFPB, cabe destacar que as despesas com “Pessoal” não possibilitam às administrações qualquer possibilidade de ajuste, pois as rubricas estão vinculadas exclusivamente a essa função. Cabe ainda ressaltar que os recur-

sos para “Pessoal” ocupam a maior parte do orçamento, o que na UFPB chega a cerca de 85%.

A apreciação da equipe da administração superior da UFPB informa que, para alcançar a correção geral de 4% a.a. no orçamento da UFPB, o Governo Federal adotou uma redução de 10,4% a.a. em Outros Custeios e Capital (OCC).

“Estas dificuldades estão postas na Lei Orçamentária (LO) 2016. No entanto, além disso, a UFPB ainda terá que lidar com um contingenciamento de 60% em Capital e 20% em custeio. O que vale dizer, apesar de constar na LO 2016, a UFPB só poderá executar Custeio e Capital com as severas reduções de 20% e 60% respectivamente.” (Mensagem da Reitora ao CONSUNI).

A apreciação das tabelas encaminhadas juntamente com a mensagem da Reitora revela que a situação de perdas inflacionárias, contingenciamento e outras se traduz em cortes no orçamento destinado à UFPB. Salta aos olhos o fato de, na previsão orçamentária, os investimentos para extensão e ensino a distância terem sido cortados em 100%. O contingenciamento associado à política sistemática de cortes ao longo dos últimos anos coloca em risco o funcionamento das IFES e as atividades de ensino, pesquisa e extensão. No orçamento de 2016 da UFPB, fica evidente que os desafios frente aos cortes serão enormes.

É preciso, sobretudo, situar esse orçamento na atual conjuntura que revela uma sistemática de ataques ao ensino público gratuito, como bem evidencia o Editorial do jornal carioca “O Globo”, do domingo próximo passado, dia 24/07/2016, que prega, sem qualquer pejo, o fim da gratuidade nos estabelecimentos públicos de ensino superior, inclusive escudado numa argumentação falaciosa de correção de injustiças sociais e de cessação do desperdício de recursos públicos. Neste sentido, a ADUFPB, através de sua diretoria executiva, conclama os conselheiros e toda a equipe da administração a somarmos forças na defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e sem mordagens em sua liberdade e pluralidade de perspectivas. Para tanto, irá, inclusive, oportunamente agendar com a Reitoria uma audiência para tratar de temáticas que não podem prescindir da interlocução entre o Sindicato e a Administração Superior da UFPB.

É preciso reforçar as instâncias de lutas e acima de tudo, construir estratégias de resistência unificada e coletiva para enfrentar os desafios do presente e, desta forma, garantir o futuro da UFPB.

Fica evidenciado que pretendem matar por inanição a universidade pública!

Podem ter a certeza que eles não passarão! Nós, a ADUFPB e o conjunto composto pela comunidade universitária unida da UFPB, assim como aqueles que, ombro a ombro conosco, defendem a educação pública de qualidade como direito, não permitiremos!

João Pessoa, Sala dos Conselhos Superiores  
da UFPB, 27 de julho de 2016.

ADUFPB, Seção Sindical do